

Negociação com Clube de Paris deve ser retomada em dois meses

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O Brasil está aguardando uma posição do Clube de Paris para que possam prosseguir as negociações iniciadas formalmente em reunião realizada na última terça-feira, em Paris. "Nós explicamos por que o Brasil está retendo os pagamentos atrasados da dívida tomada com o aval de governos e, em segundo lugar, tentamos mostrar por que a exigência de monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI) não se aplica ao caso brasileiro", disse na sexta-feira a este jornal o coordenador para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Alvaro Alencar, na expectativa de que os entendimentos sejam retomados dentro de dois ou três meses.

Os negociadores brasileiros estão otimistas. "Foi um encontro muito promissor, que abriu boas perspectivas de entendimento", disse a este jornal na sexta-feira o diretor da Dívida Externa do Banco Central (BC), Antônio de Pádua Seixas. "Não acre-

dito que a regra com relação ao FMI venha a funcionar como fator de impedimento no processo de negociações com o Clube de Paris", observou para este jornal o coordenador para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda.

Ambos viajaram de volta ao Brasil na quarta-feira, depois de terem sido recebidos para um "breakfast" — café da manhã — pelo presidente do Clube de Paris, Jean-Claude Trichet. "Foi um gesto amável da parte dele, já que não pode estar presente à reunião de terça-feira, em função dos compromissos que tem agora com o novo Gabinete francês", atestou o diretor do BC.

A reunião com os membros credores do Brasil teve um sentido "exploratório". O Brasil precisava sentir a reação dos quinze países envolvidos nesta rodada — Estados Unidos, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Japão, Canadá, Suécia, Suíça, Portugal, Espanha, Áustria, Dinamarca, Bélgica e Holanda — com respeito à decisão já tomada internamen-

te de não assinar acordos de monitoramento com o FMI.

Os negociadores brasileiros tomaram conhecimento das pretensões dos representantes de governos quanto ao recebimento dos juros que estão com pagamento atrasado. "Foi colocada na mesa a argumentação de que o Brasil tem um grande saldo comercial e uma posição confortável de reservas internacionais que possibilitam o pagamento dos atrasados", explicou Alvaro Alencar, mas a resposta foi imediata no sentido de que o Brasil "não está nadando em divisas" e que, por isso mesmo, precisa aplainar a corcova dos juros — referentes principalmente a 1985 e a 1986. O Brasil pretende acertar o acordo dentro de um fluxo que seja compatível com a capacidade de pagamento do País.

De acordo com os dados oficiais, estão sendo objeto de negociações com o Clube de Paris os seguintes valores: a dívida vencida em 1985, de US\$ 1,216 bilhão de principal e de US\$ 696 milhões de juros; a dívida a vencer em 1986, de US\$ 1,508 bilhão de principal e de US\$ 496 milhões de juros; e, ainda, parte da dívida que vencerá em 1987, já que o período de reescalonamento deve estender-se até o final de junho do ano que vem. "Isto nos daria uma folga para negociarmos um acordo mais amplo, em termos plurianuais, no primeiro semestre de 1987, observou o coordenador internacional do Ministério da Fazenda.

O Banco Central ainda não tem arredondados os valores a serem englobados na negociação, com relação ao ano que vem. Antônio de Pádua Seixas indicou que os montantes levantados, de US\$ 1,196 bilhão — referente ao principal — e de US\$ 380 milhões

— de juros —, são números projetados da dívida real no decorrer de todo o ano de 1987.

De qualquer modo, todas aquelas cifras dizem respeito à dívida que está dentro do período de consolidação a ser considerado: contratos assinados até 31 de março de 1983 e que foram reescalados, portanto, na primeira fase de negociações com o Clube de Paris, acertada em 1984. A semelhança do que ocorreu em 1985, o Brasil não está remetendo nem o principal nem os juros já vencidos em 1986. Pádua informou que US\$ 236 milhões de principal e US\$ 142 milhões de juros foram depositados no Banco Central entre janeiro e março deste ano.

O Brasil pretende, também, desta vez conseguir um acordo que envolva a capitalização dos juros — o pagamento destes seria reescalonado junto com o principal —, mas admite, conforme afirmou Antônio de Pádua Seixas, acertar um entendimento em torno de 15% do valor global, para pagamento em prazos mais curtos, também nos moldes do que ficou referendado no acordo geral de 1984.

Ambos os negociadores acham que o Brasil tem bons argumentos para sensibilizar o Clube de Paris, com respeito à dispensa do monitoramento do FMI. Afinal, o programa de estabilização monetária tem apresentado resultados positivos e, além disso, o próprio comitê interino do Fundo — em reunião realizada há dez dias — recomendou aos governos flexibilidade para os países devedores que já fizeram programas de ajustes adequados.